

## O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar

O município é o lugar onde vivem as pessoas: ricos e pobres; mulheres e homens; crianças; jovens; adultos; idosos. Pessoas de diferentes etnias e pessoas com deficiências. Onde se estabelece a relação com a terra, com o ambiente natural, com o território, com o espaço e o tempo.

No município, se estabelecem as relações de produção e trabalho, as relações sociais a partir das quais se vivencia a solidariedade, os conflitos e os processos ideológicos que os ocultam, onde se produz e vivem diferentes formas de violência. No município, as pessoas habitam e se deslocam por meio de transportes terrestres ou fluviais. Nos municípios, as pessoas constroem valores e representações, conhecimento, tecnologia, cultura material e simbólica.

Nos municípios, as pessoas se comunicam e experimentam a influência da mídia e dos processos de controle e dominação ideológica. As lutas dos trabalhadores por justiça social e pela transformação do País também acontecem nos municípios. Nas tramas da floresta e do cotidiano urbano ou rural dos municípios, se concretizaram as complexas relações sociais resultantes das contradições do capitalismo brasileiro: concentração da riqueza e da renda, profundas desigualdades sociais, culturais e regionais, de gênero, étnicas e processos de discriminação de todas as ordens, além das históricas contradições de nossa República Federativa onde o patrimonialismo, o fisiologismo e o clientelismo desenharam as relações entre poder central e local<sup>1</sup>. O município é um espaço de resistência, conquistas, disputa de interesses e organização de movimentos comunitários, culturais etc.

Identificar a complexidade das relações e das diferentes dimensões da vida nos municípios constituiu-se em desafio para as várias gerações de governos petistas, após a ditadura militar.

Diferentemente de outros governos, os governos petistas, em diferentes momentos, não se ocuparam apenas das responsabilidades constitucionalmente fixadas para os municípios na condição de entes federados.

Os governos petistas se ocuparam de pensar as cidades, compreendendo-as como o lócus da vida social. O PT colocou atenção e diligenciou esforços junto aos governos estaduais e federal para a solução integrada de problemas. Nas regiões metropolitanas, o PT impulsionou experiências voltadas à ação articulada entre cidades para o desenvolvimento econômico, o saneamento, o transporte e circulação, a educação, a saúde, entre outras questões.

---

<sup>1</sup> O Estado-nacional brasileiro organizou-se historicamente como República Federativa. No entanto, na maior parte da história do País a relação entre a União e os Municípios foi marcada pelo excesso de centralização. Desse modo, os municípios foram tratados não como protagonistas da elaboração e execução de políticas públicas, mas como espaços para a acomodação de interesses políticos e econômicos de elites regionais e locais.

Historicamente, a autonomia municipal foi enunciada na letra da lei, mas não foi efetivada na prática política. De um lado, os municípios dependiam financeiramente dos governos federal e estadual e só obtinham verbas se os apoiassem; de outro lado, o governo federal dependia eleitoralmente dos municípios e por isso conferiam certo poder de mando aos chefes locais.

Esse círculo vicioso enraizou práticas antidemocráticas e autoritárias na cultura política nacional. Enquanto a relação entre o governo federal e o municipal baseava-se no fisiologismo, ou seja, na troca de apoio que favorecia ganhos pessoais para certa camada da elite; a relação entre o governo municipal e a base eleitoral pautou-se pelo clientelismo, a troca de favores que ampliava o poder pessoal daquela mesma camada da elite. Como esse circuito sempre culminou na ampliação de lucros e poderes de um pequeno grupo, a administração pública foi tratada como atividade privada. Esse patrimonialismo – o trato do patrimônio público como propriedade privada – tanto impediu quanto atrasou a ampliação da noção de cidadania, a promoção de direitos e a implementação de políticas públicas que fossem capazes de concretizar direitos.

As contradições estruturais e políticas que se revelaram nas experiências de governo fizeram com que o PT também buscasse tornar explícitas para a população<sup>2</sup> as limitações e conflitos existentes nos municípios. Tais conflitos se estabeleceram muitas vezes por força de políticas estaduais e federais conservadoras, expressando os diferentes interesses em disputa nos municípios<sup>3</sup>.

A partir das experiências de governo, da reflexão e elaboração no âmbito do partido, progressivamente, prefeituras petistas buscaram impulsionar políticas integradas de desenvolvimento regional em diferentes pontos do país.

Assim, tendo como referência as diretrizes partidárias do projeto democrático-popular para o Brasil, inserido na perspectiva estratégica de construção do socialismo democrático; os governos petistas empenharam-se em ampliar a cidadania: fazendo cumprir responsabilidades, garantindo direitos, ampliando direitos (entre os quais o direito à própria cidade), ampliando a consciência social sobre eles (como parte da luta pela construção de outra hegemonia no país), e impulsionando a auto-organização e a participação política da sociedade, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras e de setores excluídos, o que foi sendo definido como participação cidadã.

### **A construção do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar**

Os governos petistas se ocuparam de pensar as cidades, como dissemos, compreendendo-as como o *lócus* da vida social. O PT colocou atenção e diligenciou esforços junto aos governos estaduais e federal para a solução integrada de problemas. Nas regiões metropolitanas, o PT impulsionou experiências voltadas à ação articulada entre cidades para o desenvolvimento econômico, o saneamento, a moradia, o transporte e circulação, a educação, a saúde, entre outras questões.

As contradições estruturais e políticas que se revelaram nas experiências de governo fizeram com que o PT também buscasse tornar explícitas para a população – especialmente nos canais de participação popular criados em cada cidade –, as limitações e conflitos existentes nos municípios. Tais conflitos se estabeleceram muitas vezes por força de políticas estaduais e federais conservadoras, expressando os diferentes interesses em disputa nos municípios (comerciantes, mercado imobiliário, grande capital e trabalhadores).

A partir das experiências de governo, da reflexão e elaboração no âmbito do partido, progressivamente, prefeituras petistas buscaram impulsionar políticas integradas de desenvolvimento regional em diferentes pontos do País.

Assim, tendo como referência as diretrizes partidárias do projeto democrático-popular para o Brasil, inserido na perspectiva estratégica de construção do socialismo democrático, os governos petistas empenharam-se em ampliar a cidadania: fazendo cumprir responsabilidades, garantindo direitos, ampliando direitos (entre os quais o direito à própria cidade), ampliando a consciência social sobre eles (como parte da luta pela construção de outra hegemonia no país), e impulsionando a auto-organização e a participação política da sociedade, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras e de setores excluídos, o que foi sendo definido como participação cidadã.

### **Os governos petistas desde os anos 80**

As políticas e experiências desenvolvidas por várias gerações de nossos governos e parlamentos, definidas como o Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, tiveram pelo menos três fases muito importantes: a de constituição e definição de políticas e inversão de prioridades, a do desenvolvimento local (especialmente durante os governos neoliberais no País) e a do desenvolvimento

---

<sup>2</sup> Especialmente nos canais de participação popular criados em cada cidade.

<sup>3</sup> Comerciantes, mercado imobiliário, grande capital, trabalhadores.

local sustentável, combinando desenvolvimento ambiental, social e econômico com inclusão social, no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento voltado à justiça social e à consolidação da democracia.

A primeira fase, de inversão de prioridades, refere-se especialmente às gestões de 1989 a 1992. Apoiadas fortemente nas conquistas da Constituição de 1988, asseguradas pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, e em meio às disputas nas Constituintes Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, as gestões petistas se empenharam na formulação e concretização de políticas públicas.

Vale ressaltar que as concepções de políticas públicas desenvolvidas e defendidas pelo PT buscaram garantir o acesso aos serviços, a qualidade dos serviços oferecidos (como condição da garantia do direito) e a participação da população em conselhos de equipamentos ou de definição de políticas e recursos no âmbito da cidade. Essa perspectiva deu forte impulso à superação de ações espetaculares, fragmentárias e pontuais em cada área, apresentadas à sociedade como favores a serviço da reprodução de lógicas políticas as mais conservadoras e voltadas à dominação de classe, à exploração e à exclusão social.

As políticas levadas a efeito pelo PT transformaram favores em direitos, na realidade e no imaginário social. Nessa medida, o modo petista de governar foi ampliando o alcance e o conceito de cidadania.

As cidades governadas pela primeira geração de prefeituras do PT, de diferentes maneiras, desenvolveram políticas nas áreas de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Habitação e Uso do Solo, Abastecimento, Saneamento, Transporte e Vias Públicas e, em menor escala, de Desenvolvimento Econômico, na medida em que nesta fase o foco da elaboração do PT eram as políticas sociais. Os investimentos respeitaram a lógica da chamada inversão de prioridades: foram mais significativos nas periferias e nas áreas sociais.

### **A segunda fase das gestões petistas e os tempos neoliberais**

Na década de 1990, as políticas neoliberais levadas a efeito pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso produziram uma reestruturação econômica que resultou no desemprego estrutural e patrocinou uma desestruturação política que desaguou no encolhimento de direitos sociais e trabalhistas. Em nome da estabilização monetária, o governo federal estimulou um severo ajuste fiscal que sacrificou o crescimento do País, a distribuição de renda e a garantia de direitos sociais básicos. O resultado final foi a redução da capacidade de atuação da União e o encolhimento do poder de ação dos Municípios.

As teses liberais, desenvolvidas depois da Segunda Guerra Mundial, apresentaram, em linhas gerais, como princípios: a perspectiva de redução do papel do Estado na economia e na garantia de direitos sociais; estabilidade monetária (meta suprema da economia) disciplina orçamentária; contenção de gastos sociais; taxa natural de desemprego (existência de um exército de reserva para limitar o poder de reivindicação dos trabalhadores) e reformas fiscais, visando diminuir os impostos sobre os lucros, além de reformas financeiras estimulando a desregulamentação do mercado e a especulação financeira. No Brasil e em outros países da América Latina, as políticas neoliberais estiveram voltadas também à focalização das políticas sociais e/ou municipalização de algumas áreas. Vale ressaltar que, no caso do Brasil, o debate sobre a municipalização de algumas das políticas sociais se desenvolveu durante a década de 80 antecedendo, portanto, os governos neoliberais de FHC.

Criou-se uma nova relação de dependência entre Estados e Municípios. Os municípios tiveram suas ações limitadas pela escassez de repasses financeiros do governo federal e de alguns governos estaduais. Por outro lado, o governo federal impunha obstáculos severos para o diálogo e a relação política com os municípios e suas entidades representativas. A garantia de direitos foi obstaculizada pela política do Estado-mínimo, pelas políticas focalizadas dela decorrentes ou, em outros casos, pela adoção da lógica e do léxico do mercado – a competição e a premiação, por exemplo – para alcançar,

supostamente, a qualidade dos serviços. Nesta esteira, também foram realizadas e difundidas as chamadas terceirizações e a ampliação da privatização dos serviços públicos, como forma de diminuir as responsabilidades e os custos do Estado. O que em verdade foi realizado foi uma privatização dos direitos sociais e a mercantilização do espaço público.

Ao mesmo tempo, no plano ideológico, a noção política de cidadania foi sendo esvaziada, na medida em que se tratou de igualar a condição de cidadão com a de consumidor, fazendo crer à sociedade que o mercado deveria se constituir na referência máxima para o seu ordenamento.

Ao longo desse período, apresentando-se como uma forma de resistência e de contraposição às políticas neoliberais, as gestões municipais petistas formularam e implementaram políticas públicas em outra direção.

A partir do debate sobre a experiência das gestões anteriores, o PT desenvolveu e ampliou sua compreensão sobre as cidades, e os governos petistas, de diferentes maneiras e com diferentes ênfases, incorporaram a perspectiva de desenvolvimento local, concepção que incentivou a articulação entre desenvolvimento social, urbanístico e econômico.

Vários de nossos governos passaram a realizar ações urbanísticas, especialmente nos centros das cidades, visando qualificar esses espaços públicos e, como decorrência, democratizá-los na medida em que tornaram possível o encontro entre a população; novos padrões de socialização e a identificação dos habitantes com sua cidade. O PT em seus governos valorizou a memória e as expressões públicas de diferentes identidades culturais.

Ao mesmo tempo, as iniciativas voltadas à exploração das vocações econômicas locais (ou o desenvolvimento de novas – visando à geração de trabalho e renda – num contexto nacional, como já apontado, de desemprego e forte retração dos investimentos do Estado) permitiram o desenvolvimento de [políticas em todas as regiões](#). Observe-se que o incentivo ao desenvolvimento econômico esteve em muitos casos fortemente articulado a intervenções urbanísticas, ou a ações culturais, turísticas, à melhoria das condições de transporte fluvial, marítimo e terrestre nas regiões urbanas e rurais, ou à prestação de serviços públicos de qualidade.

Observe-se também que a integração de políticas sociais e a consolidação de políticas voltadas a fortalecer os espaços de participação e decisão para as mulheres, pessoas negras, jovens, pessoas LGBT e indígenas, permitiu ampliar direitos, bem como defender as múltiplas identidades, experiências e tempos presentes nas cidades.

Essas experiências de desenvolvimento local e seus programas lançaram grandes desafios de planejamento e articulação de políticas para as regiões e para o País. Planejamento de longo prazo nas e das cidades, por meio de processos de discussão com os vários segmentos da sociedade, buscando definir e articular políticas e ações contínuas e permanentes.

Vale indicar, no mesmo sentido, que o compromisso com o presente e o futuro dos municípios trouxe a possibilidade, também, da criação de canais e dinâmicas de integração regional, movidas pela possibilidade de articulação e otimização de políticas, respeitadas as diferenças entre os governos e seus respectivos programas de governo.

Os canais de integração regional se somaram às experiências de participação, tais como o Orçamento Participativo, os conselhos e conferências de políticas públicas e os fóruns de discussão nos municípios. Decerto, o PT contribuiu para que cada vez mais cidadãos e cidadãs no Brasil pudessem exercer a condição de sujeitos do processo social, de maneira crítica e ativa e, ainda, para que os conflitos de interesses inerentes à sociedade de classes pudessem se manifestar nos espaços públicos de discussão e negociação.

Para o PT, a construção e alargamento de espaços públicos de participação e a inserção de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, de diferentes etnias e gerações, no mundo da ação política foi e tem sido processo indissociável da luta pela hegemonia de um projeto transformador no Brasil.